



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA
Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

A percepção dos discentes em relação ao E-SOCIAL e sua recente obrigatoriedade: Uma investigação no curso de Ciências Contábeis da UFPB, Campus Mamanguape

Educação Contábil

Mario Kenji Nunes Chida - UFPB – mkchida@hotmail.com

Prof. Dr. João Marcelo Alves Macedo - UFPB – joao.marcelo@academico.ufpb.br

Prof.^a Dr.^a Edilane do Amaral Heleno – UFPB – edilane.amaral@gmail.com

Prof. Dr. Luiz Marcelo Martins do Amaral Carneiro Cabral - UFPB –
luizmarcelocb@hotmail.com

Resumo

O tema abordado neste estudo é sobre a obrigatoriedade do e-Social para registro das transações trabalhistas das empresas e do serviço público em geral. O objetivo principal da pesquisa foi analisar a percepção dos discentes de Ciências Contábeis da UFPB Campus IV em relação à recente implantação do e-Social como o sistema de escrituração trabalhista utilizado pelo governo federal para a comunicação das obrigações previdenciárias e trabalhistas. Quanto à abordagem do problema, o enfoque da investigação foi fundamentalmente de natureza qualitativa, isto é, sendo mista. No que tange aos procedimentos, este estudo investigativo indutivo foi conforme a pesquisa de levantamento ou survey. Nesse sentido, o desenho da pesquisa pode ser classificado como não experimental, transversal e com natureza descritiva e exploratória, assumindo a forma de um estudo de caso, proporcionando novas visões sobre uma realidade já conhecida. A população corresponde aos discentes regularmente matriculados e ativos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFPB, enquanto a amostra participante foi delimitada de modo não probabilístico e por acessibilidade, em 57 respondentes ao questionário online. A maioria dos sujeitos participantes da amostra pesquisada é formada por alunos de Ciências Contábeis, Campus IV da UFPB, cursando o sétimo período. Os resultados obtidos apontam que não tiveram aulas que abordassem o e-Social, demonstrando carência de conhecimento sobre o tema, apesar de reconhecerem a importância do tema para a atuação profissional no âmbito da Contabilidade. Pode-se concluir que face à transformação digital do SPED, agora com a obrigatoriedade do e-Social, os profissionais da Contabilidade precisam estar atentos à importância de dominar o e-Social. Eles sabem que é necessária a inserção na plataforma do governo federal das informações geradas pelas relações trabalhistas, dos recursos humanos e departamento pessoal, representando um campo fértil para a atuação destes futuros profissionais.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. E-Social. Graduandos. Sped.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C533p Chida, Mario Kenji Nunes.

A percepção dos discentes em relação ao E-Social e sua recente obrigatoriedade : Uma investigação no curso de Ciências Contábeis da UFPB / Mario Kenji Nunes Chida. - Mamanguape, PB, 2023.
15 f. : il.

Orientação: João Marcelo Alves Macedo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAIE-DCSA.

1. Ciências Contábeis. 2. E-Social. 3. Graduandos.
4. Sped. I. Macedo, João Marcelo Alves. II. Título.

UFPB/CCAIE

CDU 657

1 Introdução

No entanto, as inovações trazidas pelas tecnologias digitais datam do início dos anos 2000, caracterizando o fenômeno sociomidiático, com a conexão das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na rede mundial de computadores, a internet.

O fenômeno da midiatização é um processo interacional que está em transformação, reconfigurando o pensamento contemporâneo sob a perspectiva do mundo virtual e da possibilidade de compartilhamento de dados em tempo real, contribuindo para a modulação das relações interpessoais e interinstitucionais mediadas por dispositivos telemidiáticos, remotamente (Braga, 2007).

A mediação da tecnologia digital possibilita a conectividade interacional na internet e o uso social dos meios eletrônicos das ambiências virtuais, fortalecendo a interatividade telemidiática e a implantação dos sistemas informatizados computadorizados (PAIVA, 2011). Além disso, a popularização das TDIC, a utilização massiva de dispositivos telemidiático e a democratização do acesso à internet impulsiona o fenômeno da midiatização, cuja virtualização da vida sociocultural também repercute em todas as estruturas de poder, inclusive no ordenamento jurídico brasileiro.

Diante deste cenário sociomidiático conectado na rede mundial de computadores, advindo com as tecnologias digitais, o século XXI inicia um novo parâmetro à Administração Pública, cunhando o conceito de governo eletrônico (e-gov). O reflexo da inserção das TDIC na Administração Pública é orientado normativamente, por meio da atualização da legislação brasileira, inclusive no tocante à utilização de sistemas informatizados computadorizados como ferramenta governamental de fiscalização. São exemplos, desse processo, o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), positivado com o Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e que inicialmente era composto por três módulos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) (Brasil, 2007).

Dentre as diversas ramificações do SPED, para efeito de pesquisa, optou-se por estudar o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (e-social). Instituído pelo Decreto n.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014, o e-social é um banco de dados compartilhado com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Caixa Econômica Federal (CEF), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), atualmente Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) (Sales; Pinto, 2017).

Desse modo, o tema abordado neste estudo é sobre a obrigatoriedade do e-social, tendo a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis como sendo o objeto de investigação. O e-social é uma ferramenta informatizada de Administração Pública, com o banco de dados formado por informações protegidas por sigilo. Sendo o governo um usuário da informação contábil, o e-social necessita de ser alimentado com informações fidedignas, padronizadas e unificada em uma base de dados. Representa um sistema utilizado por empregadores para comunicação das obrigações trabalhistas, simplificando o envio de informações contábeis e unificado em uma base de dados, de forma padronizada (Conceição, Lima e Martins, 2020).

Isto porque, os empregadores inserem no e-social as informações relativas aos empregados, tais como: vínculo, admissões, folha de pagamento, contribuições previdenciárias, afastamentos e informações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), inclusive no que tange aos empregados domésticos (Brasil, 2014).

Sendo objeto de interesse dos contadores, o e-social é um dos conteúdos de formação acadêmica no curso. A prática contábil, é a disciplina por meio da qual este conteúdo se insere na grade curricular do bacharelado, porém este também é conexo com Legislação Social e Direito do Trabalho. Sabe-se, no entanto, que a qualidade do processo de ensino-aprendizagem

da graduação está atrelada a múltiplas variáveis inerentes aos espaços e à atuação laboral do Contador.

De fato, a competência do corpo docente, democratização do acesso à internet, variedades de bibliografias disponíveis nas bibliotecas, espaços físicos adequados, disponibilidade de recursos tecnológicos, vivências práticas e didáticas estratégicas de aprendizado, na prática docente (Cunha, 2012).

De acordo com Dutra, Gonçalves e Martins (2019), devido às exigências de certificação digital das informações, comunicadas pelos empregadores através do e-social, as estruturas administrativas e os processos internos das organizações empresariais estão sendo reconfigurados e reavaliados, sendo recomendável a implantação de sistemas de apoio à gestão empresarial.

Diante da utilização das TDIC como ferramenta fiscalizatória do governo, os profissionais contábeis estão em constante processo de capacitação, atualização e adaptação para acompanhar o avanço das tecnologias digitais e de ambiências virtuais da administração, em substituição ao modelo tradicional, analógico, físico e manual (Muller; Godoy Filho; Martins, 2019).

Com base na recente obrigatoriedade da comunicação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, que compõem a escrituração fiscal digital, para resultado de estudo investigativo, o presente estudo responde ao seguinte problema de pesquisa: **Qual é a percepção do corpo discente de graduandos do curso de Ciências Contábeis sobre o e-social?**

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a percepção dos alunos de Ciências Contábeis em relação à recente implantação do e-social como o sistema de escrituração fiscal utilizado pelo governo federal para a comunicação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Para que fosse atingido o objetivo geral, se percorreu os objetivos específicos: (a) Caracterizar o SPED como tecnologia digital de cruzamento de dados, utilizada pelo governo federal como ferramenta fiscalizatória de certificação digital da escrituração contábil e fiscal, bem como nota fiscal; (b) Contextualizar o processo de implantação do e-social no âmbito nacional, com foco nas entidades e órgãos do governo federal que integram o sistema, bem como nas informações comunicadas; e (c) Analisar o e-social na percepção dos alunos de Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus Mamanguape.

Os futuros profissionais da Contabilidade estão em processo de formação acadêmica para atuar como Contadores, sendo relevante a realização de estudos que abordem a percepção dos estudantes sobre a implantação do e-social. Nesse sentido, o SPED assume o papel de modernização do antigo sistema de escrituração, representando uma atualização na relação do fisco e dos contribuintes para o cumprimento das obrigações acessórias (BRASIL, 2007). Os profissionais contábeis são os mais afetados pela transformação digital do sistema de escrituração.

Desde a implantação do SPED em 2007 até a efetivação do e-social a partir de 2018, os contadores estão em constante processo de capacitação pelo cumprimento das exigências e obrigações vigentes. “Os contadores são responsáveis diretos quando geram, validam e transmitem as obrigações, e indiretos quando orientam seus clientes sobre as informações que cercam o SPED” (Sales; Pinto, 2017, p. 65). Evidenciando a justificativa deste estudo sobre a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis acerca do e-social.

Esta pesquisa tem a justificativa ser realizada no curso de graduação em Ciências Contábeis pela relevância acadêmica e social de investigar a percepção dos graduandos sobre o e-social, com o faseamento de implantação iniciado em 2018 e previsão de ser concluído em 2022 (Pantaleão, 2019).

Outra justificativa seria este trabalho trazer reflexões dos professores do curso de Ciências Contábeis acerca da percepção dos graduandos em relação ao aprendizado prático e teórico do e-social e da obrigatoriedade da comunicação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhista (Dutra; Gonçalves; Martins, 2019; Oneda; Martins, 2021).

2 Fundamentação Teórica

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

Com a transformação digital da vida em sociedade, as TDIC passam a ser adotadas na mediação dos processos interacionais, principalmente em tempo de pandemia. Portanto, os sistemas informatizados computacionais são ferramentas indispensáveis à atuação profissional do Contador, com forte influência nos controles internos empresariais e controle social governamental, além de trazer informações compartilhadas em tempo real na internet (Sales; Pinto, 2017).

De modo geral, as TDIC são protagonistas no poder fiscalizatório do Estado e, para tanto, o Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o qual requer atenção especial dos profissionais contábeis. Assim, Oneda e Martins (2021, p. 101) argumentam que:

Desta forma, utiliza o SPED como ferramenta de cruzamento de dados para obter uma fiscalização mais ágil e bloquear os ilícitos tributários. O SPED tem como premissa uniformizar e unificar as informações ao governo federal e, por meio deste sistema, o usuário possui uma simplificação das obrigações acessórias, sendo reduzido o número de declarações a serem entregues (Oneda; Martins, 2021, p. 101).

Convém contextualizar que o SPED está inserido no rol de dispositivos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Tal sistema é resultado da reconfiguração dos meios fiscalizatórios governamentais à luz da sua transformação digital. Da mesma forma que Sales e Pinto (2017, p.80) asseveram que os contadores foram os mais impactados pelo projeto, uma vez que trouxe novas obrigações acessórias e especialmente o cumprimento de exigências, assim eles “são responsáveis diretos quando geram, validam e transmitem as obrigações, e indiretos quando orientam seus clientes sobre as informações que cercam o SPED” (Sales; Pinto, 2017, p. 80).

Portanto, para Receita Federal do Brasil, a transformação digital do modo de emitir e armazenar documentos fiscais, escrituração fiscal e demonstrações contábeis fomentam a midiatização “em toda a sistemática atual, no que tange as obrigações acessórias atribuídas tanto aos contribuintes, quanto às administrações tributárias. Ao utilizar da certificação digital, acaba por assim, garantir a validade jurídica dos documentos” (Brasil, 2019, n.p).

O SPED corresponde à inserção do sistema público de escrituração na era digital, inserindo o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) ao seu conjunto de ramificações.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESOCIAL E SUA RECENTE OBRIGATORIEDADE

O eSocial foi instituído no Sistema Normativo Brasileiro por meio da publicação do Decreto n.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014, contendo nove artigos em seu texto original, porém, quatro destes (artigo 4 ao artigo 7) revogados pelo Decreto n. 10.087, de 05 de novembro de 2019. Quanto aos princípios que regem o eSocial, segundo redação dada pelo respectivo diploma normativo, têm-se que:

Art. 3º O eSocial rege-se pelos seguintes princípios: I - viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; II - racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações; III - eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; IV - aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e V - conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte (Brasil, 2014).

De fato, com apenas cinco princípios basilares regendo o regramento do eSocial, tal ramificação do SPED unifica e padroniza as seguintes informações:

Art. I - escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas; II - aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e III - repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

[...]

§ 3º As informações prestadas por meio do eSocial substituirão as constantes na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, na forma disciplinada no Manual de Orientação do eSocial.

§ 4º As informações prestadas pelos empregadores serão enviadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e armazenadas no repositório nacional (Brasil, 2014, n.p).

No tocante aos órgãos envolvidos com o eSocial, torna-se relevante apreciar o artigo 8 do respectivo diploma regulatório:

Art. 8º A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do FGTS, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Emprego regulamentarão, no âmbito de suas competências, sobre o disposto neste Decreto.

[...]

§ 3º As informações de natureza tributária e do FGTS observarão as regras de sigilo fiscal e bancário, respectivamente (Brasil, 2014, n.p).

Apesar de ter sido instituído em 2014, sua obrigatoriedade tem sido implantada progressivamente e, apenas em 2018, o eSocial passou a figurar no cotidiano do profissional contábil. Mas, em razão de cuja fase final está programada para ser efetivada em janeiro de 2022, torna-se plausível investigar a percepção dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis sobre o eSocial (Santos; Locks; Silveira, 2015).

Desse modo, observa-se a importância que o eSocial tem para a vida profissional dos futuros bacharéis em Ciências Contábeis, sendo tema de interesse de pesquisas que abordam a percepção dos discentes da área sobre este sistema.

2.3 ESTUDOS E CORRELATOS ANTERIORES

Sabendo-se da importância do e-Social para a atuação profissional dos graduandos em Ciências Contábeis, uma revisão da literatura foi realizada na base de dados do Google Acadêmico. Objetivava-se reunir o panorama de pesquisas publicadas tratando da temática relativa à percepção dos discentes sobre o e-Social, cujos resultados obtidos estão estruturados no Quadro 1:

Quadro 1 – Panorama da Literatura

Autores e ano	Objetivo	Principais resultados
Caon e Nascimento (2017)	Analisar a percepção dos discentes de Ciências Contábeis sobre o e-social em uma Instituição de Ensino Superior Comunitária do Oeste de Santa Catarina.	Preocupação em torno do assunto, despreparo operacional, e ausência de matérias na grade curricular do curso de Ciências Contábeis
Dutra, Gonçalves e Martins (2019)	Analisar a percepção dos acadêmicos de Ciências Contábeis acerca da implantação do e-social.	Sem conhecimento necessário para uso do e-social.
Oneda e Martins (2021)	analisar a percepção de alunos de Ciências Contábeis após a obrigatoriedade do e-social.	Falta bagagem de conhecimento sobre a obrigatoriedade das informações utilizadas pelo e-social.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Portanto, observa-se ainda que o despreparo dos discentes em Ciências Contábeis sobre o e-social, cujo panorama é expresso na literatura, destaca esta ferramenta de comunicação do governo com as empresas. Esse novo paradigma é resultado da transformação digital dos controles governamentais, torna-se indispensável para atuação dos profissionais contábeis e exige a formação acadêmica em conformidade a essa nova fase marcada pelo fenômeno da midiaticização.

3 Procedimentos metodológicos

Para efeito de pesquisa, este estudo iniciou com uma pesquisa bibliográfica em busca de legislações, livros, artigos e trabalhos de conclusão de curso para fundamentação teórica. Conforme assevera Andrade (2010, p. 126) “A pesquisa bibliográfica pode ser um trabalho independente ou o passo inicial de outra pesquisa”. Isto porque, a técnica de pesquisa bibliográfica foi a revisão de literatura, baseando-se em registros decorrentes de pesquisas anteriores, estudos antecedentes e correlatos à temática (Gil, 2010).

Quanto à abordagem do problema, o enfoque da investigação foi fundamentalmente de natureza quantitativa, porém também utilizou a técnica qualitativa, isto é, sendo mista. No que tange aos procedimentos, este estudo investigativo será conforme a pesquisa de levantamento ou survey (Beuren, 2013).

Nesse sentido, o desenho da pesquisa pode ser classificado como não experimental, de corte transversal e com natureza descritiva e exploratória. Tal classificação se dá porque, adotou uma série de “processos sistemáticos, empíricos e críticos à coleção e à análise de dados, assim como à integração e discussão conjunta dos dados coletados, objetivando maior entendimento em relação ao fenômeno pesquisado” (Sampieri, Collado e Lucio, 2006, p. 60). Em relação às pesquisas exploratórias e descritivas, por definição metodológica, verifica-se que têm a potencialidade de proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, e a pesquisa descritiva descreve as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2010, p. 67).

Para Barros e Lehfeld (2000), na pesquisa descritiva, o pesquisador foca sua atenção no objeto de investigação, buscando significados e explicações em torno deste a fim de descrevê-lo. Gil (2008) complementa, afirmando que a pesquisa descritiva possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência, ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados. Desse modo, assumiu a forma de um estudo de caso, proporcionando novas visões sobre uma realidade já conhecida (Gibbs; Costa, 2009).

Segundo Yin (2005), o estudo de caso tem caráter empírico e investiga um fenômeno atual no contexto da realidade, geralmente considerando que as fronteiras entre o fenômeno e

o contexto onde se insere, são claramente definidas. A investigação empírica adotou o método hipotético-dedutivo, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

A população do estudo, uma vez que este objetivou investigar a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (e-social), cujo ambiente de pesquisa será a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), delimitou-se aos discentes do Campus Mamanguape. Assim, a população correspondeu aos discentes regularmente matriculados e ativos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFPB.

Enquanto a amostra participante foi delimitada de modo não probabilístico, em 57 respondentes de um total de 417 (quatrocentos e dezessete) discentes com matrícula ativa, ou seja, responderam à pesquisa equivalendo a 13,67% dos discentes matriculados, disponibilizaram a responder ao questionário e assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

O instrumento de coleta de dados foi um questionário, trata-se “de um instrumento importante de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquisição de informações do estudo” (Richardson, 2017, p. 71).

O questionário foi aplicado de forma eletrônica, por meio digital, visando uma maior facilidade no processo de tabulação dos dados. Cabe destacar que o instrumento de coleta de dados foi adaptado aos instrumentos elencados nas pesquisas de Caon e Nascimento (2017), Dutra, Gonçalves e Martins (2019), Muller, Godoy Filho e Martins (2019) e Oneda e Martins (2021), contendo 11 questões fechadas distribuídas em duas partes: apresentação dos participantes e conhecimento sobre o e-social.

Inicialmente os alunos foram esclarecidos sobre os objetivos do estudo e a relevância de responder aos questionários e de assinar o TCLE. Para manter o anonimato dos sujeitos participantes, ratificou que não seria necessária a identificação dos respondentes, ou seja, preservando o sigilo da amostra pesquisada.

Para análise dos dados da pesquisa, os resultados estão apresentados por meio de Tabelas e Gráficos, distribuídos em dois blocos de respostas, o primeiro com a apresentação do perfil dos sujeitos participantes, e o segundo bloco trata das informações sobre a percepção dos discentes em relação ao e-social. Os dados coletados foram tabulados por meio do software Microsoft Excel®, utilizada a técnica de análise estatística descritiva.

4 Apresentação e análise dos resultados

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E FORMAÇÃO ACADÊMICA DA AMOSTRA

Dentre a população do estudo eram os discentes do curso de Ciências Contábeis do Campus IV, composta por 417 (quatrocentos e dezessete) discentes com matrícula ativa, a amostra pesquisada foi composta por 57 (cinquenta e sete) respondentes, equivalendo a 13,67% dos discentes matriculados. A tabela 1, evidencia as faixas etárias dos respondentes. Com o foco em perceber o desenvolvimento e a maturidade.

Percebe-se que a maior faixa é a de 18 a 25 anos, respondendo por 52,6% da amostra estudada.

Tabela 1 – faixa etária do respondente

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	De 18 a 25 anos	30	52,6%	52,6%	52,6%
	De 26 a 30 anos	11	19,3%	19,3%	71,9%
	De 31 a 35 anos	9	15,8%	15,8%	87,7%
	Acima de 35 anos	7	12,3%	12,3%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Portanto, o perfil sociodemográfico da amostra formada pelos respondentes ao questionário é caracterizado com a prevalência de alunos do gênero masculino, entre 21 e 25 anos e residentes em Mamanguape. Quanto ao ano de ingresso no curso de Ciências Contábeis na UFPB, os resultados estão apresentados na Tabela 2, com prevalência no ano de 2018, seguido de 2019.

Tabela 2 – Ano de ingresso

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	2013	1	1,8%	1,8%	1,8%
	2016	3	5,3%	5,3%	7,0%
	2017	6	10,5%	10,5%	17,5%
	2018	13	22,8%	22,8%	40,4%
	2019	12	21,1%	21,1%	61,4%
	2020	5	8,8%	8,8%	70,2%
	2021	8	14,0%	14,0%	84,2%
	2022	3	5,3%	5,3%	89,5%
	2023	6	10,5%	10,5%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No que diz respeito ao período em que estão matriculados no curso de Ciências Contábeis da UFPB, a Tabela 2 sintetiza as respostas dadas pelos respondentes têm maior incidência no décimo período (21,1%), seguido do sétimo período (19,3%):

Tabela 3 – Período que está cursando

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	1	5	8,8%	8,8%	8,8%
	2	2	3,5%	3,5%	12,3%
	3	4	7,0%	7,0%	19,3%
	4	4	7,0%	7,0%	26,3%
	5	6	10,5%	10,5%	36,8%
	6	3	5,3%	5,3%	42,1%
	7	11	19,3%	19,3%	61,4%
	8	4	7,0%	7,0%	68,4%
	9	6	10,5%	10,5%	78,9%
	10	12	21,1%	21,1%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No que tange à experiência profissional na área de Contabilidade, a grande maioria não atua profissionalmente (63,2%), conforme tabela 4.

Tabela 4 – Trabalho ou estagio na área de contabilidade

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim	21	36,8%	36,8%	36,8%
	Não	36	63,2%	63,2%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Dentre os alunos que possuem experiência profissional na área de Contabilidade, a Tabela 5 traz as respostas dadas pelos participantes, com prevalência de 2 a 5 anos de experiência profissional:

Tabela 5 – Para os que responderam sim, por quanto tempo

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	1 mês	1	1,8%	1,8%	1,8%
	3 meses	1	1,5%	1,5%	3,3%
	6 meses	3	5,3%	5,3%	8,6%
	10 meses	1	1,8%	1,8%	10,4%
	1 ano	3	5,3%	5,3%	15,7%
	2 anos	6	10,5%	10,5%	26,2%
	3 anos	3	5,3%	5,3%	31,5%
	5 anos	3	5,3%	5,3%	36,8%
	Não	36	63,2%	63,2%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Desse modo, a maioria dos sujeitos participantes da amostra pesquisadas é formada por alunos, com ingresso em 2019, cursando o sétimo e o décimo período e sem experiência profissional na área da Contabilidade.

4.2 SOBRE CONHECIMENTO DO E-SOCIAL

Ao perguntar se os alunos conheciam o e-Social, a maioria dos respondentes afirmara que já ouviu falar que as empresas são obrigadas (50,9%), conforme descrito na Tabela 6:

Tabela 6 – Conhece o E-social

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Não, não conheço	5	8,8%	8,8%	8,8%
	Sim, inclusive trabalho/estágio com ele	7	12,3%	12,3%	21,1%
	Sim, já realizei pesquisas sobre o tema	1	1,8%	1,8%	22,8%
	Sim, ouvi falar que as empresas são obrigadas	29	50,9%	50,9%	73,7%
	Sim, tive uma palestra sobre o assunto	15	26,3%	26,3%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Nesse sentido, os respondentes apontam que “as fases de obrigatoriedade vem acontecendo e, com isso, cada vez mais profissionais do setor vêm buscando o conhecimento a respeito, principalmente devido às multas penais” (Respondente, 2023). Mas, no geral, verifica-se que já ouviram falar, porém, “nunca foi apresentado o que seria de fato, ou seja, conheço muito vagamente, ainda não parei para ver de verdade” (Respondente, 2023).

Em relação ao conhecimento sobre o SPED, a maioria dos participantes da pesquisa (31,6%) afirma que ouviu falar que as empresas são obrigadas, mas, verifica-se que 29,8% ainda não conhece o SPED, tal como descrito na Tabela 7.

Tabela 7 – Conhece o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim, Conheci depois de umas pesquisas	1	1,8%	1,8%	1,8%

Sim, Durante as aulas da universidade	1	1,8%	1,8%	3,5%
Não conheço, já ouvi falar	1	1,8%	1,8%	5,3%
Não conheço, conheço	17	29,8%	29,8%	35,1%
Sim, inclusive trabalho/estágio com ele	8	14,0%	14,0%	49,1%
Sim, já ouvi falar sobre	1	1,8%	1,8%	50,9%
Sim, o professor falou sobre em sala	1	1,8%	1,8%	52,6%
Sim, ouvi falar que as empresas são obrigadas	18	31,6%	31,6%	84,2%
Sim, tive uma palestra sobre o assunto	9	15,8%	15,8%	100,0%
	57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Em relação ao fato de ter cursado alguma disciplina na faculdade que falou sobre e-Social, a maioria respondeu que ainda não cursou (57,9%), conforme apresenta a Tabela 8.

Tabela 8 – Cursou disciplina sobre E-Social

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim	24	42,1%	42,1%	42,1%
	Não	33	57,9%	57,9%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Ao questionar sobre as mudanças nos processos internos em razão da transformação digital do SPED, os respondentes afirmam que *“não posso opinar, pois, ainda não tive contato com o SPED, mas procurarei mais informações sobre esse sistema”* (Respondente, 2023). Sendo assim, os resultados apontam que os alunos ainda não conhecem o suficiente para poder opinar sobre o sistema.

Quanto aos principais obstáculos vivenciados para operacionalizar o e-Social com sua obrigatoriedade, inclusive para órgãos públicos, as respostas obtidas enaltecem que *“a dificuldade na inserção do que é novo, até que a obrigatoriedade torne-se mais rotineira e sua operacionalização da comunicação de informações com prazo correto seja algo comum”* (Respondente, 2023).

Nesse sentido, em relação à transformação digital com o SPED, os alunos acreditam que haverá mudanças advindas com o e-Social, principalmente de processos internos e de gestão das empresas (42,1%), conforme Tabela 9:

Tabela 9 – Percepção de mudanças por meio do SPED

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Mudanças das relações trabalhistas entre os empregados e empregadores	6	10,5%	10,5%	10,5%
	Mudanças de Gestão, melhoria nas empresas e busca pelos objetivos	10	17,5%	17,5%	28,0%
	Mudanças de Processos internos, com maior veracidade às informações	24	42,1%	42,1%	70,1%
	Mudanças de cultura nas empresas e nos escritórios contábeis	11	19,3%	19,3%	89,4%

Não conheço, conheço	6	10,6%	10,6%	100,00%
	57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Além disso, consideram complicada a inserção das informações na plataforma do e-social. De modo complementar, as principais dificuldades para adequação do envio ao e-Social são referidas às mudanças na cultura e na mentalidade do profissional de Contabilidade, representando a resposta, conforme ilustrado na Tabela 10.

Tabela 10 – Dificuldade de adequação ao e-Social

		Não		Não se aplica		Sim	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
%	Dificuldade de mudança cultural nas organizações	6	10,5%	11	19,3%	40	70,2%
Válido	Dificuldade na adoção de um Sistema de Folha/Pessoal melhor, capaz de ser mais fiel aos procedimentos	12	21,1%	14	24,6%	31	54,4%
	Dificuldade de alteração nas rotinas do setor pessoal, proporcionando uma maior transparência	12	21,1%	13	22,8%	32	56,1%
	Dificuldade na qualificação técnica dos funcionários que irão tratar o e-social, muitos não querem se atualizar	12	21,1%	12	21,1%	33	57,9%
	Dificuldades na mentalidade dos empresários, no que se refere às relações trabalhistas	7	12,3%	12	21,1%	38	66,7%
		57	100,0%				

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Dito isso, torna-se oportuno frisar alguns pontos importantes para o e-Social, tais como: Fiscalização do governo federal foi a resposta para 89,5% dos respondentes, outro ponto destacado nas respostas foi sobre a necessidades dos profissionais dos Recursos Humanos e Departamento Pessoal (RH/DP) estarem atualizados com o e-Social, principalmente no tocante às relações trabalhistas entre empregador e trabalhador (89,5%), tal como expressa a Tabela 13.

Tabela 11 – Quais transformações você vislumbra

		Não		Não se aplica		Sim	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
%	Trabalhadores conhecerem seus direitos	6	10,5%	6	10,5%	45	78,9%
Válido	Trabalhadores e empregadores (pessoas que atuam no RH ou DP) se capacitarem e assim ser diligente na relação trabalhista	3	5,3%	3	5,3%	51	89,5%
	Fiscalização do governo	3	5,3%	3	5,3%	51	89,5%
	Sindicatos trabalhistas mais diligentes e com setores de apoio	9	15,8%	5	8,8%	43	75,4%
	Sindicatos das empresas (patronais) atuando para que as	8	14,0%	8	14,0%	41	71,9%

empresas tem apoio na execução das rotinas

57 100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No que diz respeito ao e-Social reduz a informalidade na prestação das informações trabalhistas e previdenciárias, a maioria considera que sim (80,7%), tal como descrito na Tabela 12:

Tabela 12 – Você considera que o e-Social reduz a informalidade na prestação das informações trabalhistas e previdenciárias

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim, totalmente	24	42,1%	42,1%	42,1%
	Sim, mas parcialmente	22	38,6%	38,6%	80,7%
	Não	11	19,3%	19,3%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Quanto à ciência que os prazos para implantação escalonada da obrigatoriedade do e-Social estão concluídos e que todas as empresas já deveriam estar com o programa funcionando, a metade dos respondentes afirma que está ciente, enquanto 45,6% ainda não têm ciência do fato (Tabela 13):

Tabela 13 – Você está ciente que os prazos para implantação escalonada da obrigatoriedade do e-Social estão concluídos e que todas as empresas já deveriam estar com o programa funcionando

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim	31	54,4%	54,4%	54,4%
	Não	26	45,6%	45,6%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Sabendo-se que as práticas informais do empresariado brasileiro é barreira para implantação do e-Social, 73,7% concordam com essa afirmação, conforme apresenta a tabela 14.

Tabela 14 – Você acha que as práticas informais do empresariado brasileiro é barreira para implantação do e-Social

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim	42	73,7%	73,7%	73,7%
	Não	15	26,3%	26,3%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

Na opinião dos alunos respondentes, no quesito se o trabalhador brasileiro tem participação na implantação do e-Social dentro das organizações, as respostas obtidas apontam que 63,1% afirmam que sim, com outros 36,9% respondendo que não, como expressa a tabela 15:

Tabela 15 – Na sua opinião o trabalhador brasileiro tem participação na implantação do e-Social dentro das organizações

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
% Válido	Sim	36	63,1%	63,1%	63,1%
	Não	21	36,9%	36,9%	100,0%
		57	100,0%		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2023)

No que remete ao papel do contador ou da empresa que presta o serviço de RH/DP para implantação do e-Social, a maioria significativa dos respondentes consideram que “o contador precisa estar sempre atento aos prazos e informar aos seus clientes, pois tiveram grandes mudanças com relação ao sistema antigo que permitia, que o e-Social hoje não permite” (Respondente, 2023). Pois, na percepção dos respondentes, verifica-se que “será um grande período de adaptação e o que o valor para se manter um funcionário com carteira assinada é imenso, o que acaba resultando na informalidade” (Respondente, 2023). Isto é, os alunos participantes da pesquisa consideram que o Contador deva “trabalhar de forma transparente com o colaborador e o papel “educativo” com o empregador, fazendo mais segurança para a contratação e agilizando o trabalho de fiscalização” (Respondente, 2023).

Portanto, por mais que os alunos ainda não dominem o e-Social, principalmente por não ter sido lecionado em sala de aula no curso de Ciências Contábeis da UFPB, pelo menos nos dois primeiros períodos, a maioria significativa dos participantes da pesquisa está ciente da sua importância para a Contabilidade, tornando-se objeto de interesse na futura atuação profissional em Contabilidade dos graduandos.

5 Considerações finais

Ao final desta pesquisa realizada sobre a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis da UFPB sobre a obrigatoriedade do e-Social, se pode afirmar o problema formulado inicialmente foi respondido. A partir das respostas obtidas com a aplicação online do questionário semiestruturado, os alunos participantes apontam para o conhecimento sobre a recente obrigatoriedade da comunicação das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, que compõem a escrituração fiscal digital.

O estudo teve a potencialidade de analisar o entendimento dos graduandos sobre o e-social, com os resultados obtidos apontando que eles ainda não têm o completo entendimento do e-Social. Esse resultado vislumbra-se ser em virtude da maioria dos alunos participantes da pesquisa está cursando entre o sétimo e décimo período do curso de Ciências Contábeis da UFPB. Entretanto, pelas experiências, palestras ou mesmo atuação nos estágios e empregos, sabem que é obrigatório e vislumbram ações necessárias. Mesmo assim, ainda fica demonstrado a carência de conhecimento sobre o tema, apesar de reconhecerem a importância do tema para a atuação profissional no âmbito da Contabilidade.

Podendo concluir que face à transformação digital do SPED, com a obrigatoriedade do e-Social, os profissionais da Contabilidade precisam estar atentos à importância de dominar o e-Social. Ver-se principalmente essa necessidade no tocante à inserção na plataforma do governo federal das informações geradas pelas relações trabalhistas no âmbito dos RH/DP, representando um campo fértil para a atuação destes futuros profissionais.

Como perspectiva futura da pesquisa, se torna relevante a realização de novos estudos sobre a percepção dos demais estudantes do curso de Ciências Contábeis sobre o e-Social. Esse estudo objetiva fazer um comparativo entre os graduandos matriculados nos períodos iniciais com aqueles que estão terminando o curso, buscando verificar o conhecimento dos alunos sobre a temática.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, A. S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BEUREN, I. M. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. 8. reimp. São Paulo: Atlas, 2013.

BRAGA, José Luiz. Mdiatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática:** livro da XV Compós. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 22/1/2007, Página 15, Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 12/12/2014, Página 4, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

CAON, A.; NASCIMENTO, S. Percepção dos discentes de Ciências Contábeis sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Trabalhistas e Previdenciária (eSocial). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 22, n. 1, p. 3-27, 2017.

CONCEIÇÃO, F. O.; LIMA, L. F.; MARTINS, Z. B. Desafios das organizações contábeis acerca do eSocial após sua implementação. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 14, n. 1, p. 3-19, 2020.

CUNHA, Maria Isabel da.(Org.). **Qualidade da Graduação:** a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento profissional docente. Araraquara: Junqueira & Marins Editores, 2012.

DUTRA, F. S.; GONÇALVES, M. C.; MARTINS, Z. B. A percepção de acadêmicos de Ciências Contábeis acerca da implantação do eSocial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 1, n. 238, p. 38-49, 2019.

GIBBS, G; COSTA, R.C. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J. V.; MARTINS, Z. B. A percepção de empresários após a obrigatoriedade do eSocial. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC**, v. 8, n. 34, p. 96-110, 2020.

MULLER, A. C.; GODOY FILHO, A. R.; MARTINS, Z. B. Dificuldades para implantação do eSocial nas organizações contábeis. **Revista Research, Society and Development**, v. 8, n. 2, p. 1-24, 2019.

ONEDA, R. S. N.; MARTINS, Z. B. A percepção de alunos de Ciências Contábeis após a obrigatoriedade do eSocial **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC**, v. 9, n. 39, p. 101-117, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/download/2433/1510>. Acessado em: 10 ago 2021.

PAIVA, C. C. de. Elementos para uma epistemologia da cultura midiática. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2011.

PANTALEÃO, S. F. **eSocial: Teoria e prática da obrigação acessória**. São Paulo: Portal Tributário, 2019.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Manual de orientação do eSocial**. 2019. Disponível em: <https://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5-01.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): Apresentação**. 2019. Disponível em: <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-oprojeto/apresentacao.htm>. Acesso em: 28 set. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SALES, L. F. C.; PINTO, E. C. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e os impactos sobre os profissionais contábeis. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedade**, v. 6, n. 5, p. 63-86, 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, G.; LOCKS, L.; SILVEIRA, G. A. eSocial: Um projeto do Governo Federal. **Revista Empreendedorismo e Sustentabilidade**. v. 1, n. 1, p. 1-15, 2015.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.